

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- NOÇÕES DE DIREITO --

Questão 1

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, integram a Secretaria de Estado responsável pela defesa social

- Ⓐ a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.
- Ⓑ a Polícia Penal, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓒ a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓓ a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.
- Ⓔ a Polícia Penal, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||B|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||C|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_CORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||D|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

||E|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)_INCORRETA. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são integrantes da Secretaria de Estado responsável pela defesa social, e a Polícia Penal é vinculada ao órgão administrador do sistema penal, de acordo com o artigo 102 da Constituição do Estado de Pernambuco.*/

Questão 2

Três policiais civis do estado de Pernambuco respondem a processo disciplinar por razões diferentes, não constituindo nenhuma delas caso de reincidência: Pedro, por ter exercido, cumulativamente, duas funções públicas, sem resguardo das exceções previstas em lei; Lucas, por ter praticado ato que concorreu para comprometer a dignidade da função policial; e Marcos, por ter participado de manifestações de desprezo a autoridade estadual.

Nessa situação hipotética, conforme disposto na Lei n.º 6.425/1972, a pena de suspensão de até trinta dias é aplicável a

- Ⓐ Pedro, Lucas e Marcos.
- Ⓑ Pedro e Lucas, somente.
- Ⓒ Lucas e Marcos, somente.
- Ⓓ Lucas, somente.
- Ⓔ Marcos, somente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou desprezo a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||B|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil_INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou desprezo a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||C|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||D|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil INCORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

||E|| - 2 Lei no 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil CORRETA. Somente Marcos estará sujeito à suspensão de até 30 dias, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 31. São transgressões disciplinares: I – exercer, cumulativamente, dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções previstas em lei; (...) IV – promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; (...) VIII – praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a dignidade da função policial; (...) Art. 37. A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são consideradas de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens II, III, IV, V, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLV, XLVI e XLVII, do artigo 31 deste Estatuto”.*/

▼ Questão 3

Quatro funcionários públicos civis do estado de Pernambuco encontram-se nas seguintes situações: Frederico exerce mandato eletivo municipal; João está em gozo de licença para tratar de interesse particular; Sandro está à disposição de determinada entidade da administração direta do estado de Pernambuco, para exercer cargo de chefia; e Ana está licenciada para acompanhar seu cônjuge, que é funcionário civil e foi mandado servir em outro ponto do território nacional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção que apresenta o(s) funcionário(s) que estará(ão) impedido(s) de ser(em) promovido(s) por merecimento enquanto estiver(em) nessas condições.

- Ⓐ Frederico, João, Sandro e Ana
- Ⓑ Frederico, João e Ana, somente
- Ⓒ Sandro, Frederico e Ana, somente
- Ⓓ Ana e João, somente
- Ⓔ João e Sandro, somente

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||B|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco CORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||C|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||D|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

||E|| - 3 Lei no 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco _INCORRETA. Frederico, João e Ana estarão impedidos de ser promovidos enquanto estiverem nessas situações, o que não acontece com Sandro, nos termos da Lei n.º 6.123/1968: “Art. 59. Não poderá ser promovido por merecimento: I – o funcionário em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; II – o funcionário que, para tratar de interesse particular, esteja licenciado na época da promoção ou tenha estado nos dois semestres anteriores; III – a funcionária que esteja na época da promoção, ou tenha estado nos dois semestres anteriores, licenciada para acompanhar o marido, funcionário civil ou militar, mandado servir em outro ponto do território nacional ou estrangeiro; IV – o funcionário que esteja na época da promoção, ou tenha sido nos dois semestres anteriores, posto à disposição de qualquer entidade, salvo para exercer cargo de Chefia na administração direta ou indireta do Estado;”.*/

Questão 4

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, denomina-se

- A grupo ocupacional.
- B nível.
- C faixa.
- D matriz.
- E grade.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008. */

||B|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||C|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||D|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. CORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

||E|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. _INCORRETA. Considerar-se-á matriz o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, nos termos do artigo 5.º, X, da Lei Complementar n.º 137/2008.*/

Questão 5

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a edição de normas de organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é competência legislativa

- A privativa da União.
- B concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, apenas.
- C privativa dos estados e do Distrito Federal.
- D concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, apenas.
- E concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||B|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. CORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||C|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||D|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

||E|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. _INCORRETA. Conforme o art. 24 da Constituição Federal de 1988, “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.”*/

Questão 6

Conforme a CF, o controle externo da atividade policial será exercido pelo

- Ⓐ Poder Judiciário, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓑ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓒ Ministério Público, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓓ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓔ Ministério Público, na forma disciplinada em lei ordinária.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||B|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||C|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **CORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||D|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”*/

||E|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. **INCORRETA.** À luz da Constituição Federal de 1988, “Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;” */

Questão 7

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, incumbe privativamente à Polícia Civil (PC), entre outras atribuições e ressalvada a competência da União,

- Ⓐ apurar infrações penais, inclusive as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓑ exercer as funções de polícia judiciária e executar as atividades técnicas e científicas de realização de identificação civil e criminal, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.
- Ⓒ apurar atos infracionais praticados por menores, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓓ apurar infrações penais, exceto as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que ocupe o último nível da carreira.
- Ⓔ executar atividades técnicas e científicas de realização de perícia criminais, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco. **INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a **apuração de infrações penais, exceto as militares;**

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- a) executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- b) proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- c) vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||B|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco. **INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- a) executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- b) proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- c) vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||C|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._**INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||D|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._**CORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

||E|| - 9 Funções essenciais à justiça. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco._**INCORRETA.** Constituição do Estado de Pernambuco:

“Art. 103. À Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, **ocupante do último nível da carreira**, incumbem, privativamente, ressalvada a competência da União:

I - as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II - a repressão da criminalidade;

§ 1º A lei a que se refere o inciso VII, do parágrafo único, do art. 18, criará órgãos específicos e especializados para:

- executar as atividades técnicas e científicas de realização de perícias criminais, médico-legais e identificação civil e criminal;
- proceder à apuração dos atos infracionais praticados por menores, obedecido o disposto na legislação federal;
- vistoriar e matricular veículos, bem como realizar exames de habilitação de condutores de veículos, organizando e mantendo cadastro próprio, na forma da legislação federal;”*/

Questão 8

Acerca dos poderes da administração pública e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- O poder hierárquico da administração pública pode ser definido como o poder de punir as infrações funcionais dos servidores e demais indivíduos que estejam sujeitos à disciplina de órgãos públicos.
- O poder regulamentar da administração pública consiste na possibilidade de expedição de atos normativos, ainda que primários, desde que não sejam contrários à lei.
- O poder de polícia da administração pública consiste na possibilidade de condicionar, restringir, frear o exercício de atividade, o uso e o gozo de bens e direitos pelos particulares, em nome do interesse da coletividade.
- O ato administrativo discricionário depende da conveniência e oportunidade do órgão público, razão pela qual está imune ao controle do Poder Judiciário.
- O ato administrativo goza de presunção absoluta de legitimidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

INCORRETA. O poder hierárquico se caracteriza pelo poder de comandar as instâncias inferiores no âmbito da mesma pessoa jurídica. O conceito apresentado na opção é o de poder disciplinar. */

||B|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

INCORRETA. O poder regulamentar da administração pública deve destinar-se à execução de um preceito formulado em lei, a fim de que não haja a usurpação da competência do Poder Legislativo com a formulação de preceito ausente no texto legal.*/

||C|| - 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

CORRETA. Esse conceito de poder de polícia está difundido amplamente na doutrina majoritária. Segundo o conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.*/

||D|| - 3 Ato administrativo._**INCORRETA.** O fato de o ato discricionário depender da conveniência e a oportunidade da Administração não o torna imune ao controle judicial, não analisando o Poder Judiciário apenas esses tópicos.*/

||E|| - 3 Ato administrativo._**INCORRETA.** O ato administrativo goza de presunção de legitimidade, porém esta é relativa, podendo ser afastada, conforme ensinamentos de diversos doutrinadores.*/

Questão 9

No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O princípio da legalidade na administração pública é aplicado de forma que esta somente pode praticar ato previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- B** De acordo com o princípio constitucional da publicidade, todo ato da administração pública deve ser divulgado, não havendo exceção, em decorrência de seu dever de transparência.
- C** Devido ao princípio da supremacia do interesse público, não há aplicação do princípio da segurança jurídica na administração pública.
- D** O princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas.
- E** Os princípios explícitos guardam supremacia sobre os princípios implícitos, mesmo que ambos decorram da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. O princípio da legalidade significa que a administração pública somente pode praticar ato previsto em ato normativo, não se exigindo, entretanto, que a lei seja aprovada pelo Congresso Nacional. O princípio descrito na opção é o da reserva legal.* /

||B|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. De acordo com o princípio da publicidade, a confidencialidade é vista de forma excepcional, porém há possibilidade da realização de atos sigilosos quando imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado. * /

||C|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

INCORRETA. O princípio da segurança jurídica é um dos princípios aplicáveis à administração pública, com o objetivo de garantir estabilidade nas relações jurídicas estabelecidas.* /

||D|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. CORRETA. Segundo a doutrina, o princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas, devendo-se verificar se a medida é necessária e adequada a seu objetivo, bem como a relação proporcional entre os benefícios ocasionados e seus gravames. * /

||E|| - 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. INCORRETA. Segundo a doutrina, não há hierarquia entre os princípios que regem a administração pública.* /

Questão 10

A responsabilidade civil de concessionária de transporte rodoviário no exercício do serviço público é

- A** subjetiva, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo causal, além do dolo ou da culpa.
- B** objetiva, fundada no risco administrativo, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- C** objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar apenas o resultado.
- D** objetiva, fundada no risco do negócio, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- E** objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||B|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. CORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||C|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||D|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

||E|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. INCORRETA. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes nesta qualidade. Segundo a doutrina, tal responsabilidade está fundada no risco administrativo, devendo haver a demonstração da ação do agente, do resultado (dano) e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa.* /

Questão 11

Durante uma investigação conduzida pela polícia civil, um cidadão foi detido e conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos sobre sua suposta participação em um crime. Ao chegar à delegacia, o cidadão manifestou o desejo de consultar seu advogado antes de prestar qualquer declaração. O policial civil, porém, se recusou a permitir o acesso imediato do suspeito ao advogado, alegando a necessidade de esclarecimentos urgentes.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

- A** O policial civil agiu corretamente, pois a referida lei não garante ao suspeito o direito imediato de acesso a advogado durante a fase de investigação.
- B** A recusa do policial civil em permitir o contato do suspeito com advogado configura crime descrito na referida lei.
- C** O cidadão só tem o direito de consultar seu advogado após a formalização de um processo judicial.
- D** O policial civil pode permitir o contato do suspeito com advogado, desde que tenha autorização judicial específica.
- E** A citada lei pune apenas como infração administrativa a conduta do policial civil de impedir o acesso do investigado ao seu defensor.

JUSTIFICATIVAS

A - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade pune a referida conduta de impedir que o investigado possa entrevistar-se com seu advogado.*

B - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_CORRETA. Trata-se de crime previsto no art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade.*

C - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. A opção está em dissonância com o art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade.*

D - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. A entrevista independe de autorização judicial.*

E - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)_INCORRETA. O art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade estabelece como crime a referida conduta de impedir que o investigado possa entrevistar-se com seu advogado.*

Questão 12

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- A** A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- B** Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- C** A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- D** Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- E** O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

CORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal visa impedir que uma nova lei penal prejudique o acusado com base em fatos anteriores à sua vigência (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

B - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. Sônia está amparada pelo princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

C - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal não faz ressalva relativa ao crime ainda não ter sido julgado (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

D - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal não faz distinção entre crime grave ou não (CP, art. 2.º, parágrafo único).*

E - 3.6 Irretroatividade da lei penal.

INCORRETA. O princípio da irretroatividade da lei penal se aplica a processos em andamento, não permitindo que a nova lei penal mais gravosa seja aplicada aos fatos anteriores à sua vigência.*

Questão 13

Durante sua estadia nos Estados Unidos da América, Caroline, brasileira, foi acusada de conduta tipificada como crime tanto na legislação estadunidense quanto na legislação brasileira.

Considerando a situação hipotética anterior e a legislação brasileira referente à extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- A** A extraterritorialidade da lei penal brasileira não se aplica à situação em apreço.
- B** A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes cometidos por estrangeiros no exterior.
- C** Para que Caroline possa ser processada no Brasil, basta que haja acordo de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América.
- D** Caroline poderá ser processada no Brasil, independentemente do interesse dos Estados Unidos da América.
- E** A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes imprescritíveis e inafiançáveis.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal prevê a extraterritorialidade para crimes praticados por brasileiros no estrangeiro, o que inclui o caso de Caroline.*

B - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal prevê a extraterritorialidade para crimes praticados por brasileiros no estrangeiro, o que inclui o caso de Caroline.*

C - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O Código Penal (artigo 7.º, § 2.º) exige outras condições além do acordo de extradição.*

D - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._CORRETA. Conforme o artigo 7.º, II, “b”, do Código Penal, a lei brasileira é aplicável aos crimes cometidos por brasileiro no estrangeiro. Portanto, Caroline, sendo brasileira, pode ser processada no Brasil pelo crime que cometeu nos Estados Unidos da América.*

E - 3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal._INCORRETA. O artigo 7.º, § 2.º, “b”, do Código Penal trata de uma condição específica de imprescritibilidade e inafiançabilidade, mas a extraterritorialidade se aplica a diversas situações.*

Questão 14

Durante uma reestruturação em determinada empresa, Diana, descontente com as atitudes de Bruno, seu colega de trabalho que exerce cargo de chefia, o chantageou para obter vantagens pessoais no trabalho. Diana, mediante grave ameaça, afirmou que divulgaria informações confidenciais sobre a vida pessoal de Bruno caso ele não lhe concedesse um cargo mais elevado na empresa.

Nessa situação hipotética, Diana praticou o crime de

- A** extorsão qualificada pelo meio grave de ameaça.
- B** extorsão privilegiada por motivo de vingança.
- C** extorsão comum.
- D** extorsão mediante sequestro.
- E** extorsão tentada.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A situação descrita não envolve o uso de meio grave de ameaça, como arma de fogo, que caracterizaria a qualificadora prevista no § 1.º do artigo 158 do Código Penal.*/
 ||B|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A motivação pessoal de vingança não é um critério que torna a extorsão privilegiada. A extorsão privilegiada está prevista no § 2.º do artigo 158 do Código Penal e refere-se à coação exercida por ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro da vítima.*/
 ||C|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **CORRETA**. A extorsão comum ocorre quando alguém constrange outra pessoa, mediante grave ameaça, com o intuito de obter vantagem econômica indevida, o que se encaixa na situação apresentada.*/
 ||D|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A situação não envolve o elemento do sequestro, que consiste na privação da liberdade da vítima. O crime de extorsão mediante sequestro é disciplinado no artigo 159 do Código Penal.*/
 ||E|| - 5 Crimes contra o patrimônio. **INCORRETA**. A narrativa do caso indica que a ameaça foi concretizada, não se tratando de uma tentativa de extorsão.*

Questão 15

À luz do Estatuto do Desarmamento, assinale a opção correta.

- A** As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Ministério da Justiça.
- B** Aos integrantes das guardas municipais dos municípios que integram regiões metropolitanas é autorizado o porte de arma de fogo mesmo fora de serviço.
- C** A guarda de arma desmuniçada, ainda que em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não constitui crime.
- D** Disparo de arma de fogo é crime comum punível com pena de detenção de 1 a 2 anos.
- E** O certificado de registro de arma de fogo autoriza seu proprietário a manter a arma no seu local de trabalho, desde que seja ele o responsável legal pela empresa.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. Arma de fogo de uso restrito deve ser registrada no Comando do Exército Brasileiro (Estatuto do Desarmamento, art. 3.º, parágrafo único).*/
 ||B|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. O porte está restrito ao período em que o guarda municipal esteja em serviço (Estatuto do Desarmamento, art. 6.º, §7.º).*/
 ||C|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. A opção está em desconformidade com o art. 12 do Estatuto do Desarmamento.*/
 ||D|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **INCORRETA**. O crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 do Estatuto do Desarmamento, é crime comum punível com pena de reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.*/
 ||E|| - 19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) **CORRETA**. A opção está em conformidade com o art. 5.º do Estatuto do Desarmamento.*

Questão 16

Entre outras atribuições estabelecidas no Código de Processo Penal (CPP), compete ao juiz das garantias

- A** zelar pela observância dos direitos do preso, desde que a ordem de prisão seja proferida no curso da ação penal.
- B** ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- C** julgar *habeas corpus* impetrado depois do oferecimento da denúncia.
- D** decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados no curso da ação penal.
- E** decidir sobre o requerimento de medidas cautelares, exceto prisão.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) III – zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo”.*/
 ||B|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **CORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) IV – ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal”.*/
 ||C|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) XII – julgar o *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia”.*/
 ||D|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) XVII – decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação”.*/
 ||E|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA**. CPP: “Art. 3.º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (...) V – decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar”.*

Questão 17

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos casos de crimes processados mediante ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou do Ministério Público.
- Ⓑ Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial só poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, após autorização judicial.
- Ⓒ Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.
- Ⓓ O inquérito é procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia.
- Ⓔ O inquérito não poderá ser iniciado sem representação nos casos de crimes em que a cabível ação pública depender de representação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 5.º (...) § 5.º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la”.*/

||B|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 7.º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública”.*/

||C|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. CPP: “Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.*/

||D|| - 2 Inquérito policial._INCORRETA. O inquérito não se mostra imprescindível para a persecução penal, conforme jurisprudência pacífica do STJ: “1. Eventual vício na prisão em flagrante ou no inquérito policial não tem o liame de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa das peças processuais e sua dispensabilidade na formação da *opinio delicti*” (AgRg no Agravo em Recurso Especial n.º 1.374.735 – DF).*/

||E|| - 2 Inquérito policial._CORRETA. CPP: “Art. 5.º (...) § 4.º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado”.*/

Questão 18

Acerca da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- Ⓑ É vedada a nomeação de defensor ao investigado em inquérito policial, haja vista o caráter inquisitivo do procedimento.
- Ⓒ O interrogatório dos investigados por um mesmo fato deverá ser tomado em conjunto.
- Ⓓ Não terá efeito a confissão feita pelo investigado fora do interrogatório.
- Ⓔ Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, ele deverá, desde logo, condená-la por falso testemunho.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _CORRETA. CPP: “Art. 200. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto”.*/

||B|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado”.*/

||C|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 191. Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente”.*/

||D|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 199. A confissão, quando feita fora do interrogatório, será tomada por termo nos autos, observado o disposto no art. 195”.*/

||E|| - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão _INCORRETA. CPP: “Art. 211. Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito”.*/

Questão 19

José praticou crime punido com pena de 1 a 2 anos de detenção. Maria cometeu contravenção penal punida com pena de prisão simples de 6 meses a 2 anos. Antônio incorreu em crime punido com pena de 6 meses a 3 anos de detenção.

Na situação hipotética precedente, compete ao juizado especial criminal processar e julgar

- Ⓐ José, Maria e Antônio.
- Ⓑ Maria, apenas.
- Ⓒ José e Maria, apenas.
- Ⓓ Maria e Antônio, apenas.
- Ⓔ José, apenas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*)

||B|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*)

||C|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_CORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*)

||D|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*)

||E|| - 7 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995_INCORRETA. CPP: “Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.*)

Questão 20

Com base nas disposições constitucionais referentes ao processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.
- Ⓑ São princípios constitucionais do tribunal do júri a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- Ⓒ Às presidiárias que sejam mães de recém-nascidos serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, salvo as condenadas por crimes praticados com violência.
- Ⓓ No caso de crime político praticado por estrangeiro, autoriza-se a concessão de extradição.
- Ⓔ Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.*)

||B|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.*)

||C|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”.*)

||D|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_INCORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião”.*)

||E|| - 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal_CORRETA. Constituição Federal de 1988: “Art. 5.º (...) LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.*)